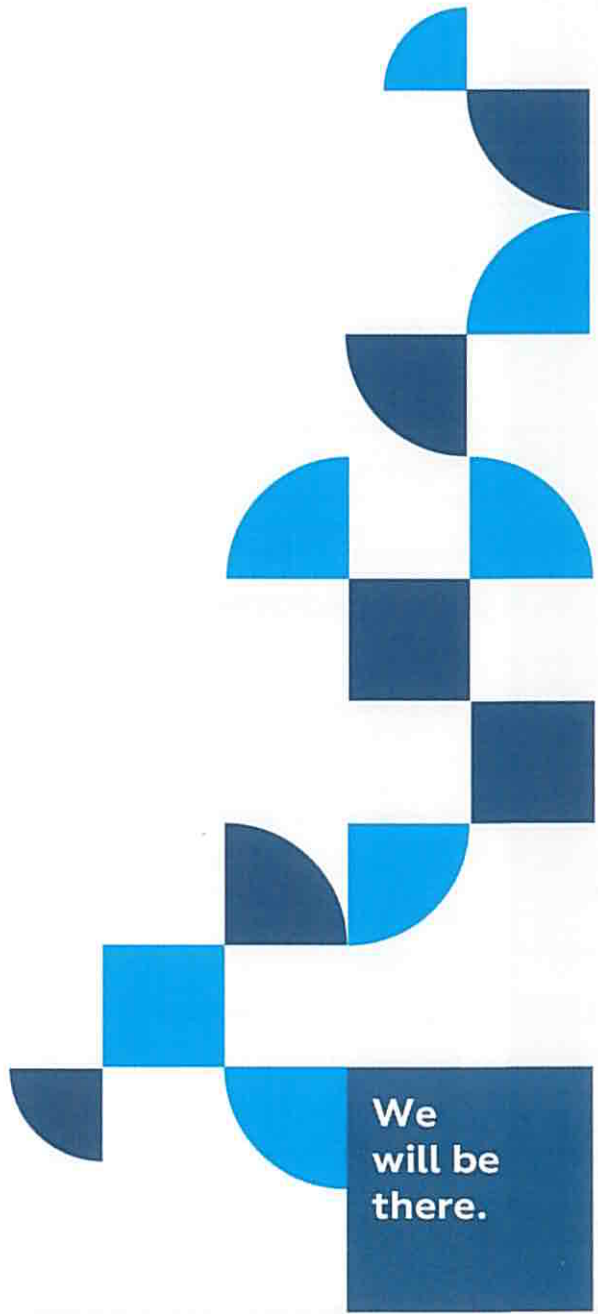


Handwritten initials and signature in the top right corner.



# Relatório de Gestão 2016

MDS Auto-Mediação de Seguros, S.A.





Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias,  
submetemos à apreciação de V.Exas.  
o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016

## 1. A MDS Auto

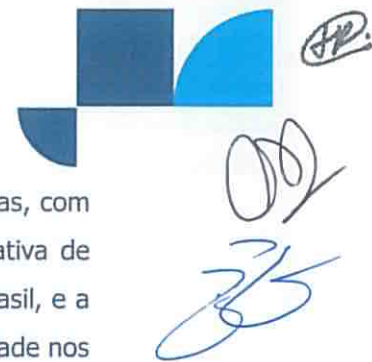
Tendo como seu objetivo estratégico ser um *broker* de referência no setor automóvel em Portugal, a MDS Auto, através da sua equipa especializada e do suporte proporcionado pelos seus acionistas, centra a sua atividade na implementação e desenvolvimento de soluções de seguros inovadores para o sector automóvel. A sua oferta contempla diferentes Protocolos de venda de seguros pelas Concessões, Oficinas ou Financeiras aos seus clientes, seguros dos próprios Stands e Oficinas, bem como seguros de Frotas de Empresa.

O ano de 2016 fica então marcado pelo esforço contínuo da MDS Auto na captação de novos clientes através da criação de protocolos de venda de seguros, bem como no reforço das parcerias já existentes que, aliado à melhoria observada no setor automóvel, permitiu à MDS Auto solidificar a sua posição e aumentar o seu volume de negócios.

## 2. Enquadramento Macroeconómico

### 2.1. Mundo

A recuperação económica global abrandou em 2016. A atividade económica mundial cresceu +3,1%, a taxa mais baixa desde a recessão de 2009, em grande parte devido à desaceleração nos mercados emergentes, uma vez que, nas economias avançadas, o crescimento se manteve surpreendentemente robusto. Contudo, apesar do crescimento desapontante, as condições económicas foram estabilizando gradualmente ao longo do ano, prevendo-se que a economia global entre em 2017 com fatores de suporte mais fortes e, naturalmente, com melhores perspetivas de crescimento.



O ano de 2016 foi particularmente marcado por crescentes tensões geopolíticas, com acontecimentos como o *Brexit*, as eleições presidenciais americanas, a tentativa de golpe de estado na Turquia, a destituição da Presidente Dilma Rousseff no Brasil, e a vitória do “Não” em Itália, entre outros, a alimentarem a incerteza e a volatilidade nos mercados, o que se refletiu negativamente no crescimento económico.

Nos **Estados Unidos da América**, a atividade económica começou a abrandar em meados de 2015 tendo, no entanto, ganho fôlego na segunda metade de 2016. Esta dinâmica foi, principalmente impulsionada pelo consumo privado, que beneficiou da solidez do mercado de trabalho, atualmente em níveis próximos do pleno emprego. Em contrapartida, o investimento manteve-se contido, particularmente no setor energético, devido aos preços baixos da energia, enquanto o clima de incerteza, gerado pelas eleições presidenciais e pelo *Brexit*, poderá ter levado ao adiamento de algumas decisões de investimento. Globalmente, a economia americana ficou aquém das expectativas em 2016, com um aumento esperado do PIB de apenas +1,6%, cerca de um ponto percentual abaixo da taxa de crescimento de 2015.

Na **Zona Euro**, os suportes da economia permaneceram globalmente favoráveis, nomeadamente os preços baixos do petróleo, a posição acomodatória do BCE face à política monetária, a apreciação do euro relativamente limitada e uma política fiscal ligeiramente mais expansionista devido ao aumento das despesas relacionadas com a situação dos refugiados. Todos estes fatores continuaram a suportar a despesa privada, que continua a ser o principal motor do crescimento económico. Não obstante, a economia foi penalizada por tensões geopolíticas e pela incerteza política, assim como pelo fraco crescimento económico nas economias emergentes e pela debilidade do comércio global. Para além disso, em algumas economias, os efeitos das crises recentes continuam a limitar a recuperação económica. Em suma, o PIB aumentou +1,6%, crescendo à mesma taxa que a economia americana pela primeira vez desde 2011.

A evolução nos **Mercados Emergentes** foi muito mais diversa. Na Ásia, a economia chinesa manteve o forte crescimento económico (+6,7%) suportada pela política económica, e a Índia continuou a ter um bom desempenho (+6,6%), ainda que ligeiramente menos elevado. Por outro lado, países emergentes como o Brasil, a Argentina, a Rússia e a Turquia continuaram a enfrentar recessões económicas.



## 2.2. Portugal

Em **Portugal**, o crescimento económico ficou aquém das expectativas, penalizado pela fraca recuperação das exportações, nomeadamente para Angola, pela incerteza interna e, acima de tudo, pela debilidade do investimento, quer no setor público, quer no setor privado, enquanto o consumo das famílias se manteve forte. No entanto, um segundo semestre mais dinâmico do que o esperado contribuiu positivamente para o crescimento de 2016 e constituiu um impulso positivo para 2017. O PIB registou um crescimento de +1,2% em 2016, desacelerando face a +1,6% registado em 2015.

A taxa de crescimento do consumo privado em termos nominais (+2,9%) foi superior à taxa de crescimento do rendimento disponível (+2,4%), mantendo a mesma tendência desde o início da retoma da economia portuguesa em 2014. Este desempenho excecional do consumo deveu-se, particularmente, a um decréscimo sem precedentes da taxa de poupança (atualmente em +4%), associado a uma significativa melhoria da confiança das famílias no pós-crise e ao efeito riqueza.

Nos últimos anos, o forte crescimento do consumo privado esteve particularmente associado ao crescimento da procura de bens duradouros, que tinham sido mais penalizados durante a crise, apoiada pelo crédito ao consumo. Em 2016, as famílias continuaram a privilegiar os bens duradouros, em particular os automóveis (+16,1%), embora em menor grau face a 2015, à medida que o consumo destes bens se aproxima dos níveis anteriores à crise. Por outro lado, verificou-se um aumento da despesa noutras categorias, que se refletiu no comportamento do turismo (+9,5%), nas vendas a retalho (+2,7%), particularmente nos alimentos e bebidas (+4,2%), mas também no retalho não-alimentar (+1,0%), nomeadamente no vestuário (+4,7%).

## 3. Evolução do Mercado Segurador

No ano de 2016 o mercado segurador registou a mesma tendência decrescente que já teria sido observada em 2015. O volume de receitas relativo à atividade em Portugal em 2016 situou-se, em termos globais, nos 10,2 mil milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 14,6% face a 2015.

Responsável por este resultado destaca-se o ramo Vida que apresentou uma variação negativa de 23,7% (cerca de menos 2 mil milhões de euros face a 2015), apresentando um total de 6,4 mil milhões de euros.



Pelo contrário, o ramo Não Vida registou produção de cerca de 3,8 mil milhões de euros, evidenciando um crescimento de 7,2%. Para este crescimento, destaca-se o contributo do ramo de Acidentes de Trabalho que apresentou um acréscimo de 13,2% e do ramo de Saúde que cresceu em 9,9%.

Desta forma, em 2016 a estrutura da carteira de seguros passa a apresentar uma composição distinta face a 2015, com o ramo Vida a diminuir o seu peso (de 70,4% em 2015 para 62,9% em 2016) e o ramo Não Vida aumentando (de 29,6% em 2015 para 37,1% em 2016).

No que diz respeito ao ramo Automóvel, verificou-se um aumento dos prémios brutos em 6,5%, os quais registaram um valor de 1,4 mil milhões de euros. Em 2016, o peso deste ramo face ao total dos prémios apresentados no ramo Não Vida registou um valor de 36,7%, diminuindo ligeiramente face a 2015 (-0,7%).

## 4. Desempenho Operacional

A MDS Auto continuou em 2016 a apresentar uma carteira diversificada entre o segmento auto e o segmento não auto, mas cuja exposição ao sector automóvel continua a ser cada vez mais elevada, fruto do objetivo estratégico definido para a empresa.

Analisando o ano de 2016, o volume de negócios da MDS Auto situou-se nos 2,3 milhões de Euros, verificando-se um aumento de 6,4% quando comparado com o ano anterior. Este crescimento positivo teve por base a política de consolidação das parcerias estratégicas existentes e as iniciativas comerciais de angariação de novos clientes, incentivada ainda pelo contexto de crescimento observado no setor automóvel ao nível da venda de ligeiros que aumentou 27,8%, segundo ACAP<sup>1</sup>.

Relativamente ao EBITDA, este apresentou uma ligeira redução face a 2015 (-4,2%), fixando-se nos 495 mil euros (menos 21,5 mil euros do que em 2015). Tal facto resulta de alterações observadas na estrutura de custos, designadamente ao nível dos custos com pessoal que registaram um aumento de 16% fruto do processo de reorganização interna que originou um custo acrescido pontual.

Em semelhança ao comportamento do EBITDA e pelas mesmas razões, também o Resultado Líquido decresceu em cerca de 4,7% para 364,5 mil euros (menos 18 mil euros face a 2015).

<sup>1</sup> ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal



Em resumo, apresentam-se de seguida os principais indicadores da empresa:

Valores em euros	2016		2015	
Volume de Negócios	2 281 933	100,0%	2 145 024	100,0%
Custos operacionais	1 787 334	78,3%	1 628 967	75,9%
FSE´s	1 175 484	51,5%	1 111 769	51,8%
Custos com Pessoal	619 407	27,1%	534 196	24,9%
Outros (proveitos) /custos operacionais	-7 557	-0,3%	-16 998	-0,8%
<b>EBITDA</b>	<b>494 599</b>	<b>21,7%</b>	<b>516 057</b>	<b>24,1%</b>
Amortizações	23 553	1,0%	26 909	1,3%
Resultados Financeiros	386	0,0%	2 120	0,1%
Imposto sobre o rendimento	106 974	4,7%	108 819	5,1%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>364 459</b>	<b>16,0%</b>	<b>382 449</b>	<b>17,8%</b>
<b>Fluxo de caixa operacional</b>	<b>1 067 671</b>		<b>50 878</b>	

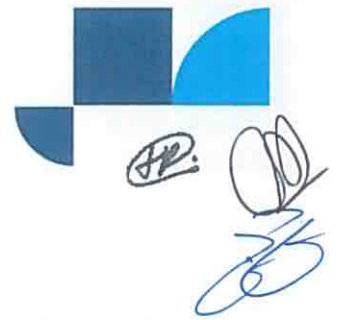
## 5. Política de gestão de risco

A política da MDS Auto, em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A.

## 6. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2016, a MDS Auto obteve um resultado líquido de 364.459,09 euros (trezentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros e nove cêntimos), o qual propõe que seja aplicado da seguinte forma:

Dividendos:	400.000,00
Outras Reservas:	-35.541,91
	<u>364.459,09</u>



## 7. Perspetivas 2017

Num cenário de persistência de constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, prevê-se que o crescimento económico seja moderado em 2017, situando-se em cerca de 1,4 %, permanecendo estável para 2018 e 2019 em 1,5%. Esta aceleração moderada da atividade prevista deverá ser determinada pelo dinamismo das exportações, componente da procura global que terá maior contributo, mas também pela Formação Bruta de Capital Fixo, que deverá rondar os 4,4%, sustentada numa recuperação do investimento empresarial. O consumo privado, por sua vez, prevê uma desaceleração do crescimento.

Apesar de nos últimos anos se ter assistido a um contributo significativo do consumo de bens duradouros, nomeadamente de automóveis, para o consumo privado, prevê-se que, no contexto da economia portuguesa, as aquisições de automóveis ligeiros de passageiros desacelere. Note-se que este crescimento esteve relacionado com a recuperação da recessão que implicou a reposição do *stock* ótimo destes bens, após as quebras acumuladas no consumo dos mesmos pelo adiamento da aquisição durante o período de crise da economia portuguesa. Assim, a ACAP estima, para 2017, um crescimento nas vendas de ligeiros de passageiros de apenas de 2%.

Num contexto de estabilização do setor automóvel e de crescimento moderado da economia portuguesa, a MDS Auto continuará comprometida na consolidação da sua posição no mercado segurador para o segmento automóvel, através do reforço das suas parcerias com associações e empresas relevantes deste sector de atividade. Contudo, a MDS Auto procurará o desenvolvimento de soluções de seguros diferenciadoras no mercado, apostando em coberturas inovadoras e serviços completos direcionados às necessidades dos clientes, com vista a assegurar uma maior qualidade e abrangência ao mercado.

## 8. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS Auto, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos acionistas pela confiança e contributo para este projeto e à Assembleia Geral e ao



Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS Auto.

Porto, 18 de Março de 2016





**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO  
(Art. 447º CSC)**

**Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar (Presidente)** – Não tem ações nem obrigações.

**Miguel Pedro Caetano Ramos (Vogal)** – Não tem ações nem obrigações.

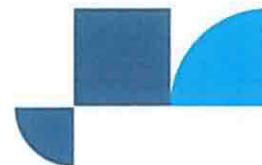
**Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos (Vogal)** – Não tem ações nem obrigações.

**FISCAL ÚNICO: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.** representada pelo **Dr. José Miguel Dantas Maio Marques** ou pelo **Dr. António Joaquim Brochado Correia** – Não tem ações nem obrigações.



**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS DA  
MDS – Auto Mediação de Seguros, S.A.  
(Art. 448º CSC)**

Acionistas	Ações			
	Detidas	Adquiridas	Vendidas	Detidas
	31-12-2015	Em 2016	Em 2016	31-12-2016
MDS SGPS, SA	250.050	0	0	250.050
Salvador Caetano Auto SGPS, SA	249.950	0	0	249.950



## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)

(Miguel Pedro Caetano Ramos)

(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

[mdsauto@mdsinsure.com](mailto:mdsauto@mdsinsure.com)

Tel (+351) 22 608 24 10

Av. da Boavista 1277/81, Piso 0 • 4100-130 Porto • Portugal

Portugal | Brasil | Angola | Moçambique | Espanha | Reino Unido | Suíça | Malta



## **MDS Auto – Mediação de Seguros, SA**

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 1º – 4100-130 Porto

Capital Social 500.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o número único de matrícula e identificação 500 336 792

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2016

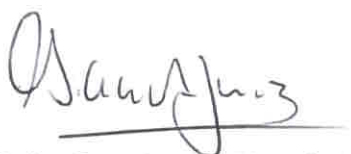
## DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art. 448º. do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que:

- a Mds SGPS, S.A. possui 250.050 ações, representativas de 50,01% do capital social;
- a Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. possui 249.950 ações, representativas de 49,99% do capital social.

O Conselho de Administração,



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

# MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos Fxos Tangíveis	6	212,40	283,20
Propriedades Investimentos	7	879.262,68	919.609,23
Total de activos não correntes		879.475,08	919.892,43
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	8	6.299,96	68.024,73
Outros Créditos a Receber	9	413.874,42	478.253,74
Diferimentos	10	7.676,03	7.006,46
Caixa e Depósitos Bancários	5	1.621.907,65	916.949,81
Total de activos correntes		2.049.758,06	1.470.234,74
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>2.929.233,14</b>	<b>2.390.127,17</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital Subscrito		500.000,00	500.000,00
Reservas Legais		128.483,89	128.483,89
Outras Reservas		745.563,90	743.114,62
Excedentes de revalorização		263.097,88	263.097,88
Resultado Líquido do Período		364.459,09	382.449,28
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	11	<b>2.001.604,76</b>	<b>2.017.145,67</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Passivos por Impostos Diferidos	12	5.888,31	6.418,14
Total de passivos não correntes		5.888,31	6.418,14
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	17.063,64	12.302,69
Estado e Outros Entes Públicos	14	23.862,63	52.684,13
Outras Dívidas a Pagar	15	880.813,80	301.576,54
Total de passivos correntes		921.740,07	#REF!
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>927.628,38</b>	<b>#REF!</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>2.929.233,14</b>	<b>#REF!</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Lúcia dos Santos

O Conselho de Administração

## MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Vendas e Serviços Prestados	17 e 26	2.281.933,36	2.145.024,30
Fornecimentos e serviços externos	18 e 26	-1.175.484,22	-1.111.769,33
Gastos com o pessoal	19	-619.406,58	-534.196,02
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	8		
Outros Rendimentos	20	70.347,01	68.853,27
Outros Gastos	21	-62.790,13	-51.855,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		494.599,44	516.057,02
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	-23.552,70	-26.908,98
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		471.046,74	489.148,04
Juros e rendimentos similares obtidos	22	392,08	2.120,38
Juros e gastos similares suportados	22	-5,82	
Resultado antes de impostos		471.433,00	491.268,42
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	23	-106.973,91	-108.819,14
Resultado líquido do exercício		364.459,09	382.449,28
Resultados por acção básico		0,73	0,76

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

*Luís Renato*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures]*



## MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)

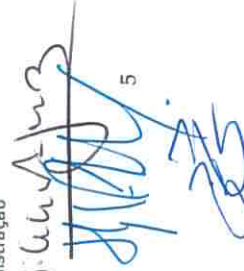
Notas	Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	500.000,00	0,00	128.483,89	736.125,92	0,00	263.097,88	236.988,70	1.864.696,39
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido do exercício								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	6.988,70	0,00	0,00	-236.988,70	-230.000,00
Resultado líquido do exercício	3	0,00	0,00	6.988,70	0,00	0,00	-236.988,70	-230.000,00
Resultado integral	4=2+3						382.449,28	382.449,28
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1+2+3+5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	1	500.000,00	0,00	128.483,89	743.114,62	263.097,88	382.449,28	2.017.145,67
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido do exercício								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	2.449,28	0,00	0,00	-382.449,28	-380.000,00
Resultado líquido do exercício	3	0,00	0,00	2.449,28	0,00	0,00	-382.449,28	-380.000,00
Resultado integral	4=2+3						364.459,09	364.459,09
Operações com detentores de capital no período	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1+2+3+5	500.000,00	0,00	128.483,89	745.563,90	263.097,88	364.459,09	2.001.604,76

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Carles Sintas

O Conselho de Administração



## MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		2.334.958,75	2.203.192,14
Pagamentos a fornecedores		-1.092.202,54	-1.223.905,00
Pagamentos ao pessoal		-626.464,50	-528.818,00
Caixa gerada pelas operações		616.291,71	450.469,14
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-135.178,15	-97.303,00
Outros recebimentos / pagamentos		586.557,01	-302.289,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.067.670,57	50.877,14
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		16.901,00	22.501,00
Juros e rendimentos similares		392,08	2.120,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		17.293,08	24.621,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-5,82	
Dividendos		-380.000,00	-230.000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-380.005,82	-230.000,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		704.957,83	-154.501,86
Efeito das diferenças de câmbio			0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		916.949,81	1.071.451,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.621.907,64	916.949,81

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

*Luís Carlos Ramos*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*

# MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

## 1 NOTA INTRODUTÓRIA

---

A MDS Auto – Mediação de Seguros, SA (“Empresa”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 1975, tem a sua sede na avenida da Boavista nº 1277/88, tendo por atividade principal mediação de seguros, designadamente na área automóvel.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

## 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

---

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2016.

O Sistema de Normalização contabilística foi alterado em 29 de Julho de 2015, com a publicação do aviso nº 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em Janeiro de 2016. Tendo por base os elementos de que dispomos, a referida alteração não irá originar efeitos significativos nas demonstrações financeiras da sociedade.

## 3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DA NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

---

Não aplicável.

## 4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

### 4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### 4.2 Principais políticas contabilísticas

#### 4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

#### 4.2.2 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### 4.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### 4.2.4 Propriedades de Investimento

As Propriedades de investimento são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização das Propriedades de Investimento são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Em resultado de todas as avaliações internas que cuidadosamente a Empresa levou a efeito aos demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Exma. Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2014, acreditando por isso serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2013.

#### **4.2.5 Instrumentos financeiros**

##### **4.2.5.1 Clientes e outras contas a receber**

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

##### **4.2.5.2 Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custo de custos suportados com a sua emissão.

##### **4.2.5.3 Fornecedores e dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

##### **4.2.5.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

APL

OPD

EB

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

#### **4.2.5.5 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem**

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efectuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor do cliente ou da empresa seguradora. Em determinadas circunstâncias, a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

#### **4.2.5.6 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **4.2.6 Ativos e passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### **4.2.7 Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 4.2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do activo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

#### 4.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de imparidades ao valor do ativo;

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

#### 4.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.



**5 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Numerário	150,09	482,62
Depósitos bancários	1.621.757,56	916.467,19
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	1.621.907,65	916.949,81
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	1.621.907,65	916.949,81

**6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

<b>Activo bruto</b>	Terrenos	Efícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015	0,00	0,00	95.937,09	184.961,29	20.466,67	301.365,05
Aumentos	0,00	0,00				0,00
Diminuições			-25.000,00	-59.078,64	-17.805,08	-101.883,72
Transferências / abates			0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2016	0,00	0,00	70.937,09	125.882,65	2.661,59	199.481,33
Aumentos	0,00	0,00	0,00			0,00
Diminuições			-21.640,75			-21.640,75
Transferências / abates			0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2016	0,00	0,00	49.296,34	125.882,65	2.661,59	177.840,58
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015		0,00	95.937,09	181.737,49	17.010,25	294.684,83
Aumentos	0,00			2.940,60		2.940,60
Diminuições	0,00		-25.000,00	-59.078,64	-14.348,66	-98.427,30
Transferências / abates	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2016	0,00	0,00	70.937,09	125.599,45	2.661,59	199.198,13
Aumentos	0,00			70,80		70,80
Diminuições	0,00		-21.640,75			-21.640,75
Transferências / abates	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2016	0,00	0,00	49.296,34	125.670,25	2.661,59	177.628,18
<b>Valor líquido</b>						
A 31 de Dezembro de 2015	0,00	0,00	0,00	283,20	0,00	283,20
A 31 de Dezembro de 2016	0,00	0,00	0,00	212,40	0,00	212,40

**7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Propriedades de Investimento" corresponde aos activos imobiliários arrendados (Campo Grande) e disponíveis para arrendamentos (Campo Alegre e Júlio Dinis) com vista a gerar rendimentos para a sociedade.

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
<b>Propriedades de Investimento</b>			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015	307.186,82	1.159.636,61	1.466.823,43
Aumentos	0,00	0,00	0,00
Diminuições	-7.770,17	-23.310,53	-31.080,70
Transferências / abates			0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2016	299.416,65	1.136.326,08	1.435.742,73
Aumentos	0,00	0,00	0,00
Diminuições	-8.108,00	-24.324,03	-32.432,03
Transferências / abates			0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2016	291.308,65	1.112.002,05	1.403.310,70
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015		506.617,65	506.617,65
Aumentos	0,00	23.968,38	23.968,38
Diminuições	0,00	-14.452,53	-14.452,53
Transferências / abates	0,00		0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2016	0,00	516.133,50	516.133,50
Aumentos	0,00	23.481,90	23.481,90
Diminuições	0,00	-15.567,38	-15.567,38
Transferências / abates	0,00		0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2016	0,00	524.048,02	524.048,02
<b>Valor líquido</b>			
A 31 de Dezembro de 2015	299.416,65	620.192,58	919.609,23
A 31 de Dezembro de 2016	291.308,65	587.954,03	879.262,68

Adicionalmente divulga-se o valor contabilístico e o justo valor de cada uma destas propriedades de investimento:

Imóvel	2016				2015			
	Local	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação	Local	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação
Campo Grande	Lisboa	354.274,83	491.000,00	Interna		362.206,36	491.000,00	Interna
Campo Alegre	Porto	524.987,85	499.000,00	Interna		540.538,22	499.000,00	Interna
Júlio Dinis	Porto	0,00	94.000,00	Interna		16.864,65	94.000,00	Interna
		879.262,68				919.609,23		

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2016 foi determinado por avaliação imobiliária em 31 Dezembro de 2012 por uma entidade

especializada independente – American-Appraisal” (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento). Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela empresa e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2013, 2014 e 2015 e 2016, à inexistência de sinistros relevantes e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor dos imóveis em 2016, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em finais de 2012.

## 8 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Clientes correntes	6.299,96	68.024,73
Clientes de cobrança duvidosa	<u>768,98</u>	<u>768,98</u>
	<u>7.068,94</u>	<u>68.793,71</u>
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 19)	<u>-768,98</u>	<u>-768,98</u>
	<u>6.299,96</u>	<u>68.024,73</u>

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da actividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS Auto, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS Auto entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Não vencido	<u>240</u>	<u>17.967,31</u>
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	3.460,73	1.329,68
30 - 90 dias	2.598,74	449,96
+ 90 dias		48.277,78
Total	<u>6.059,47</u>	<u>50.057,42</u>
Vencido com registo de imparidade		
+ 360 dias	<u>768,98</u>	<u>768,98</u>
Total	<u>768,98</u>	<u>768,98</u>
	<u>7.068,94</u>	<u>68.793,71</u>

O movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte :

PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Rubricas	01.Janeiro.2016	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2016
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 7)	768,98	0,00		768,98
Provisões correntes		0,00		0,00
	<u>768,98</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>768,98</u>
Rubricas	01.Janeiro.2015	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2015
Perdas por Imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 7)	4.767,87	0,00	-3.998,89	768,98
Provisões correntes				0,00
	<u>4.767,87</u>	<u>0,00</u>	<u>-3.998,89</u>	<u>768,98</u>

**9 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	106.582,43	144.117,99
Outros	264,28	624,91
Outros devedores		
Partes relacionadas	220.228,62	199.153,50
Seguradoras	79.516,41	98.525,42
Outros	7.282,68	35.831,91
	<u>413.874,42</u>	<u>478.253,73</u>

A 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Não vencido	21.260,50	27.923,35
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	16.452,67	-561,34
30 - 90 dias	36.017,02	23.515,17
+ 90 dias e inferiores a 180 dias	340.144,23	427.376,55
	<u>413.874,42</u>	<u>478.253,73</u>

**10 DIFERIMENTOS**

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
<b>Valores devedores</b>		
Seguros	6.449,16	5.791,49
Fornecimentos e serviços externos	1.226,87	1.214,97
	<u>7.676,03</u>	<u>7.006,46</u>

**11 CAPITAL PRÓPRIO**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 500.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o capital subscrito da sociedade era detido pelas seguintes entidades:

<u>Entidade</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
MDS SGPS, S.A.	50,01%	50,01%
Salvador Caetano SGPS, S.A.	49,99%	49,99%

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Reservas de reavaliação

A empresa procedeu à reavaliação dos seus ativos tangíveis ao abrigo de legislação aplicável, nomeadamente:

-Decreto Lei nº 111/88, de 2 de Abril

-Decreto Lei nº49/91 de 25 de Janeiro

-Decreto Lei nº31/98 de 11 de Fevereiro

De acordo com a legislação vigente estas reservas não são distribuíveis aos acionistas.

As outras reservas correspondem a reservas livres criadas pela empresa, que podem ser distribuídas após a cobertura de prejuízos acumulados..

Os resultados transitados correspondem a resultados de exercícios anteriores.

## 12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava às reavaliações legais dos ativos tangíveis da Empresa.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi como se segue:

	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2016	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2015
Saldo inicial	6.418,14	7.471,00
Efeito em resultados:		
Reavaliações de imobilizado tangível reintegrável	-529,83	-1.052,86
	-529,83	-1.052,86
Efeito em reservas:		
	0,00	0,00
Saldo final	5.888,31	6.418,14

## 13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Fornecedores gerais	17.063,64	12.302,69
	17.063,64	12.302,69
Fornecedores, conta corrente	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Não vencido	10.804,87	0,00
A pagar		
Até 90 dias	5.611,98	12.302,69
+ 90 dias	646,79	0,00
Total	17.063,64	12.302,69

Os montantes acima referidos respeitam exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

**14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o rendimento		
Outros Impostos		
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	11.507,72	38.747,67
Imposto sobre o valor acrescentado	36,46	61,44
Retenções na fonte	4.229,10	4.910,51
Contribuições para a Segurança Social	8.089,35	8.964,51
	<u>23.862,63</u>	<u>52.684,13</u>

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

**15 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Outros credores		
Clientes	2.353,98	10.619,81
Outros	677.239,22	105.522,46
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	139.357,67	118.115,89
Despesas com pessoal	61.862,93	67.318,38
	<u>880.813,80</u>	<u>301.576,54</u>

Nas outras Dívidas a Terceiros, a rubrica outros, inclui o valor de 646.121,84 euros em 2016 e 61.564,59 euros em 2015, respeitante ao valor que a empresa tem de liquidar às seguradoras.

## 16 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
<b>Vencíveis em:</b>		
renovável automaticamente	58.735,46	67.177,83
	<u>58.735,46</u>	<u>67.177,83</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 58.735,46 euros (67.177,83 euros em 31 de Dezembro de 2015) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a viaturas e aluguer .

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
<b>Vencíveis em:</b>		
renovável automaticamente	35.400,00	35.400,00
	<u>35.400,00</u>	<u>35.400,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 a empresa tinha celebrado, como locadora, contrato de locação operacional, cujos recebimentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
<b>Vencíveis em:</b>		
renovável automaticamente	35.400,00	35.400,00
	<u>35.400,00</u>	<u>35.400,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 35.400 euros relativo a rendas recebidas.



## 17 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2016 e 2015 de acordo com a sua natureza pode ser apresentado como segue:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Por mercado		
Mercado interno	2.267.613,36	2.125.331,45
Mercado externo	14.320,00	19.692,85
	<u>2.281.933,36</u>	<u>2.145.024,30</u>

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Comissões	2.267.613,36	2.125.331,45
Outros	14.320,00	19.692,85
	<u>2.281.933,36</u>	<u>2.145.024,30</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 25 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal ) e os valores de comissões nacionais é como se segue :

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ASF (Nota 25)	2.301.983,32	2.028.335,08
Valor de rappel dotado e não recebido	108.714,08	96.996,37
Dotação de comissões e reversão de dotação do exercício anterior	-147.000,37	
Outros	3.916,33	
Total de comissões nacionais	<u>2.267.613,36</u>	<u>2.125.331,45</u>

**18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

Os trabalhos especializados estão relacionados com serviços de apoio informático e assessoria à área de negócio da empresa.

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Trabalhos especializados	938.830,80	887.299,13
Publicidade e propaganda	23.741,46	23.668,98
Livros e doc.Técnica		
Comissões	55.628,55	45.268,34
Serviços bancários	846,85	833,58
Conservação e reparação	26.055,65	16.021,25
Material de escritório	5.685,31	2.666,52
Electricidade	7.038,77	8.237,96
Combustíveis	3.939,28	5.707,89
Água	5.999,95	6.961,80
Deslocações e estadas	371,76	664,92
Rendas e alugueres	64.897,72	76.451,98
Comunicação	29.454,39	27.267,34
Seguros	4.236,20	4.212,70
Contencioso e notariado	928,95	125,40
Despesas de representação	1.123,09	446,60
Limpeza higiene e conforto	3.369,01	3.291,48
Outros	3.336,48	2.643,46
	<u>1.175.484,22</u>	<u>1.111.769,33</u>

**19 GASTOS COM O PESSOAL**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Remunerações	488.458,69	361.242,79
Encargos sobre remunerações	76.574,80	84.547,04
Seguros	23.263,17	21.613,17
Gastos com acção social	2.967,67	11.900,06
Outros gastos com pessoal	28.142,25	54.892,96
	<u>619.406,58</u>	<u>534.196,02</u>

O número médio de funcionários, em 2016 foi de 14 colaboradores (16 colaboradores em 2015).

No ano de 2016 foram pagas indemnizações no valor de 124.500,00 euros.

## 20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Rendimentos suplementares	41.548,78	37.414,77
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	36,35	5.872,31
Outros	<u>28.761,88</u>	<u>25.566,19</u>
	<u>70.347,01</u>	<u>68.853,27</u>

A rubrica outros é composta no ano de 2016 e 2015, na facturação dos complementos de pensão pagos a dois ex-colaboradores no valor de 21.075,12 euros.

## 21 OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Impostos	46.140,71	44.691,18
Outros	<u>16.649,42</u>	<u>7.164,02</u>
	<u>62.790,13</u>	<u>51.855,20</u>

## 22 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Juros suportados	0,00	
Outros	<u>5,82</u>	
	<u>5,82</u>	<u>0,00</u>

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Juros obtidos	392,08	2.120,38
	<u>392,08</u>	<u>2.120,38</u>

**23 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 podem ser detalhados como segue:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Imposto corrente	107.503,74	109.872,00
Imposto diferido (Nota 11)	-529,83	-1.052,86
	<u>106.973,91</u>	<u>108.819,14</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2016</u>	<u>31.Dezembro.2015</u>
Resultado antes de impostos	471.433,00	491.268,42
Benefícios fiscais	-7.980,00	-10.740,90
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-7.619,28	-7.788,09
Constatação de diferenças entre amortizações económicas e fiscais decorrentes de reavaliações	955,96	1.086,79
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente		
Outros	11.490,56	2.639,16
Lucro tributável	<u>468.280,24</u>	<u>476.465,38</u>
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos		
	<u>468.280,24</u>	<u>476.465,38</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento até 12.500 euros	12,50%	12,50%
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	21,00%
	<u>98.338,85</u>	<u>100.057,73</u>
Efeito constatação ou reversão de impostos diferidos	-529,83	-1.052,86
Derrama	7.024,20	7.146,98
Tributação autónoma	2.140,69	2.667,29
Imposto sobre o rendimento	<u>106.973,91</u>	<u>108.819,14</u>

**24 PARTES RELACIONADAS**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

<b>Transacções</b>	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Outras partes relacionadas	35.400	35.400	936.979	1.034.307
	<u>35.400</u>	<u>35.400</u>	<u>936.979</u>	<u>1.034.307</u>
	Juros auferidos		Dividendos pagos	
	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Accionistas	-	-	380.000	230.000
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>380.000</u>	<u>230.000</u>
	Aquisições imobilizado		Alienações imobilizado	
	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Outras partes relacionadas				17.000,00
				<u>17.000,00</u>
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	5.455	220.792	-16.204	-20.583
	<u>5.455</u>	<u>220.792</u>	<u>-16.204</u>	<u>-20.583</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, à Efanor Investimentos, SGPS, SA e ao Grupo Salvador Caetano, SGPS, SA.

Os membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 não tiveram qualquer remuneração, nem foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

**25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS****PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS**

(para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dezembro)

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

Informação incluída na nota 3.2.8 Rédito e Especialização dos Exercícios.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2016	2015
Numerário	2.301.983,32	2.028.335,08
Espécie		
<b>TOTAL</b>	<b>2.301.983,32</b>	<b>2.028.335,08</b>

Por tipo	Remunerações (€)	
	2016	2015
Comissões	2.301.983,32	2.028.335,08
Honorários		
Outras Remunerações		
<b>TOTAL</b>	<b>2.301.983,32</b>	<b>2.028.335,08</b>

Adicionalmente, encontra-se efectuada na Nota 16 a desagregação da natureza do rédito da Empresa nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundo de Pensões e conjunto dos ramos " Não Vida" e por origem

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações			
		Ramo Vida		Ramo Não Vida	
		2016	2015	2016	2015
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	40.447,28	37.477,29	1.536.868,52	1.293.501,93
1085	AIG Europe Limited			3.251,38	4.754,22
1039	Ageas Portugal - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	115,54	79,59		
1129	Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.			1.346,59	2.022,94
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	764,52	1.965,26	260.934,64	219.896,02
1028	Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.			21.921,46	4.482,72
1151	Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	0,00	44,42		
1194	Generali - Companhia de Seguros, S.A.			85.651,46	72.758,32
1021	Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A.	4.026,95	66,91		
1098	Groupama Seguros de Vida, S.A.	0,00	3.202,85		
1097	Groupama Seguros, S.A.			0,00	885,87
1166	Hiscox Insurance Company Limited			533,29	154,05
1010	Liberty Seguros, S.A.	507,74	585,85	27.126,63	20.225,42
1025	Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				
1026	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.			3.182,35	4.359,43
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.			308.075,16	351.979,16
1186	Mapfre Seguros de Vida, S.A.	4,50	73,02		
1188	MetLife Europe d.a.c.	2.813,26	2.213,63	253,13	238,28
1029	Real Vida Seguros, S.A.	0,00	19,16		
1096	Victoria - Seguros de Vida, S.A.	12,02	41,45		
1160	Victoria - Seguros, S.A.			2.137,26	1.773,15
1184	Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal			1.655,97	3.581,95
	Outros sem código de mediação	353,67			1.952,19
	<b>TOTAL</b>	<b>49.045,48</b>	<b>45.769,43</b>	<b>2.252.937,84</b>	<b>1.982.565,65</b>

## d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2016	2015
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	68,5%	65,6%

## e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2016	2015
Início exercício	793.354,56	769.833,86
Final do exercício (Nota 4)	1.245.894,79	793.354,56
Volume movimento do exercício		
A débito	10.070.142,97	9.501.129,42
A crédito	9.617.602,74	9.477.608,72

## f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	204,53	24,26	901,40	179,80
Empresas de seguros	79.516,41	98.525,42	646.121,84	61.564,59
Outros mediadores	-,00	-,00	2.417,15	-,00
TOTAL	79.720,94	98.549,68	649.440,39	61.744,39

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	79.516,41	98.525,42	646.121,84	61.564,59
Outras quantias				
TOTAL	79.516,41	98.525,42	646.121,84	61.564,59

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato ( final do exercício ).

Informação divulgada nota 8.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2016	2015
Garantias (caução)	-,00	-,00

j) Transmissão de carteiras de seguros

Não aplicável

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações



Cod.ASF	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões			
		€		%	
		2016	2015	2016	2015
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	1.577.315,80	1.330.979,22	68,5%	65,6%
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.	308.075,16	351.979,16	13,4%	17,4%
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	261.699,16	221.861,28	11,4%	10,9%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros pa relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não aplicável

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores par relativamente aos quais lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferi seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

## 26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração de 17 Março de 2017, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

Contabilista Certificado,



(Maria de Lurdes Matos)

O Conselho de Administração,



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.929.233 euros e um total de capital próprio de 2.001.605 euros, incluindo um resultado líquido de 364.459 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea a) apresentada na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### ***Bases para a opinião com reserva***

a) Em 2015, as avaliações das propriedades de investimento evidenciaram a existência de imparidades não registadas no valor de cerca de 44 milhares de euros. Em 2016, da análise efetuada a avaliações e testes de imparidade sobre propriedades de investimento, verificou-se a existência de imparidades por registrar no valor de cerca de 26 milhares. Deste modo, a rubrica de propriedades de investimento encontra-se sobreavaliada em cerca de 26 milhares euros, os resultados transitados sobreavaliados em 44 milhares de euros e o resultado do período subavaliado em cerca de 18 milhares de euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal  
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

### ***Ênfase***

A Certificação Legal das Contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, emitida em 21 de março de 2016, incluiu uma reserva decorrente do facto de, em 31 de dezembro de 2014, assim como em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações financeiras da empresa evidenciarem contas a receber com antiguidade e não ajustadas no montante de, aproximadamente, 44 milhares de euros, relativamente às quais se encontravam em curso ações internas de análise da respetiva recuperação e reclamação junto dos respetivos devedores, não estando, por isso, reunidas todas as condições que nos permitissem concluir, àquelas datas, quanto aos efeitos nas demonstrações financeiras da Sociedade resultantes desta situação. Durante o período de 2016, o montante em causa foi recebido, motivo pelo qual, a 31 de dezembro de 2016, esta situação não é aplicável. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

ky

## ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

20 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.



## **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal  
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

117

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

20 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.